

ESTATUTO SOCIAL DO CLUBE DE KART DA REGIÃO TOCANTINA

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO E FINS.

Art. 1º. O CLUBE DE KART DA REGIÃO TOCANTINA é uma entidade civil sem finalidades lucrativas, com duração indeterminada, fundada em 30 de Outubro de 1987, com foro e sede na cidade de Imperatriz - Maranhão a rua Rui Barbosa nº 1453 Bairro Juçara CEP 65900-570, CNPJ- 12143608/0001-54, com personalidade jurídica, distinta de seus associados, os quais não respondem subsidiariamente por obrigações por ela contraída.

Art. 2º. A sociedade tem por fim:

Parágrafo I. Desenvolver a prática do esporte automotor nas modalidades de automobilismo em seus diversos seguimentos e categorias, bem como o atendimento junto aos meios ligados ao automobilismo, quer repartições públicas quer particulares no interesse de seus associados;

Parágrafo II. Estimular e desenvolver todas as atividades que se relacionem com o esporte automotor, descritas no parágrafo I;

Parágrafo III. Promover manifestações de caráter desportivo, social, técnico, cultural e cívico;

Parágrafo IV. Prestar assistência e serviços necessários à prática do automobilismo e motociclismo por todas as formas diretas ou indiretas, particulares ou públicas, informativas ou executivas, quer no setor esportivo de competição, quer junto aos órgãos coordenadores e fiscalizadores do trânsito e transportes de conformidade com as definições e normas que serão adotadas e dadas a conhecer pela Diretoria.

CAPÍTULO - II

DOS SÓCIOS, SUA ADMISSÃO E PERMANÊNCIA NO QUADRO SOCIAL.

Art. 3º Os sócios do Clube dividem-se em Fundadores, Proprietários e Contribuintes.

Art. 4º Será considerado sócio fundador o sócio signatário da ata de fundação do clube.

CARTÓRIO DO OFÍCIO
Extrajudicial Sucessor do 1º Ofício
Antonio Carlos da Costa Bandeira
TABELIAO
IMPERATRIZ - MA

Art. 5º. Será Sócio Proprietário, quem adquirir um título do Clube, observando as exigências do presente estatuto. Art. 10-e

Parágrafo I. A pessoa jurídica proprietária de título do Clube indicará dentre seus sócios, ou diretores ou usufrutuários, que depois de inscritos em livro especial, gozarão de todos os direitos de sócios proprietários, observadas as disposições regimentares.

Art. 6º. Será sócio Contribuinte, os que ingressarem na entidade a partir da data de sua fundação, após aprovado pela diretoria e mediante pagamento de taxa mensal de manutenção

Parágrafo I. O Sócio contribuinte uma vez inscrito em livro especial, gozarão de todos os direitos de sócios proprietários, observados as disposições regimentares, porém não terão nenhum direito patrimonial e de votar ou ser votado.

Art. 7º. O número e valor, bem como, a taxa de transferência dos títulos de sócios proprietários, deverão ser fixados pelo Conselho Deliberativo.

Art. 8º. O Conselho Deliberativo poderá estabelecer uma contribuição para os sócios Fundadores e Proprietários quando os mesmos estiverem fazendo uso dos serviços de assistência técnica e administrativa do Clube.

Art. 9. Os títulos de sócios proprietários poderão ser transferidos mediante consentimento prévio da Diretoria e do pagamento das taxas devidas.

Parágrafo I. Nos casos de sucessão legítima não será cobrada taxa de transferência.

Parágrafo II. Nos casos em que for recusada a admissão do legítimo herdeiro, será este indenizado pelo valor do título, na forma do regimento.

Parágrafo III. Fará parte do quadro social os atletas filiados a entidade e que terão as mesmas responsabilidades dos sócios, não se confundindo com os direitos expressos e garantido de cada sócio.

Art. 10. As condições necessárias para o ingresso e permanência no quadro social serão as seguintes:

- a) Não haverá distinção de sexo, raça ou nacionalidade;
- b) Ter bons antecedentes;
- c) Não ter sido eliminado de qualquer outra sociedade por ato desabonador;
- d) Se comprometer a respeitar e obedecer o presente Estatuto e seu Regimento Interno;

CANTORIO DO 5º OFÍCIO
Extrajudicial Sucessor do 1º Ofício
Antonio Carlos da Mata Bandeira
TABELIÃO
IMPERATRIZ - MA

e) Para os sócios proprietários será necessária a apresentação por dois sócios também proprietários e um fundador, considerando-se aceito o que tiver metade mais um dos votos do Conselho Deliberativo.

CAPÍTULO - III

DOS DIREITOS, DEVERES E PENALIZAÇÕES DOS SÓCIOS

Art. 11. Os sócios usufruirão das prerrogativas concedidas por este Estatuto, podendo fazer valer seus direitos perante os órgãos dirigentes do Clube.

Art. 12. São direitos dos sócios, observadas as categorias e respectivos regulamentos:

Parágrafo I. Uso e gozo dos serviços prestados pelo Clube.
(Fundadores, Proprietários e Contribuintes)

Parágrafo II. Participar das manifestações de caráter desportivo-social;
(Fundadores, Proprietários e Contribuintes)

Parágrafo III. Votar e ser votado para o Conselho Deliberativo,
(Fundadores e Proprietários)

Parágrafo IV. Votar e ser votado para a Diretoria ou Conselho Fiscal;
(Fundadores e Proprietários)

Parágrafo V. Integrar o Conselho Técnico;
(Fundadores, Proprietários e Contribuintes)

Parágrafo VI. Integrar Comissões do Clube que venham a ser constituídas. (Fundadores, Proprietários e Contribuintes)

Art. 13. São deveres dos sócios:

. Contribuir para que o Clube realize seus objetivos;

Parágrafo II. Respeitar e cumprir as disposições do Estatuto e do regulamento interno em vigor;

Parágrafo III. Acatar as decisões da Diretoria e do Conselho Deliberativo;

Parágrafo IV. Evitar nas dependências do Clube, manifestações de caráter político, racial ou religioso.

Art. 14. Ao associado que infringir as leis do país, o estatuto ou os regulamentos do Clube, será aplicado conforme cada caso as seguintes

CARTÓRIO DO OFÍCIO
Extrajudicial Sucessor do 1º Ofício
Antonio Carlos de Almeida Bandeira
TABELIÃO
IMPERATRIZ - MA

penalidades: advertência , suspensão aplicados pela diretoria e eliminação pela Assembléia Geral.

Parágrafo I. Em caso da aplicação das penalidades e eliminação existirá recurso para pedido de anulação no prazo de 10 dias, para a Assembléia Geral.

Parágrafo II. O atraso da mensalidade (para a manutenção do Clube , por três (3) meses por parte dos sócios, será advertido a cumprir suas obrigações no prazo de 20 dias; a não observância ou cumprimento da mesma, ficará o sócio sujeito a exclusão digo eliminação, independente do cargo ou função ocupada.

Parágrafo III. Nenhum sócio responderá pelas obrigações adquiridas pelo Clube, caberá a diretoria solucioná-las

CAPÍTULO – IV DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 15. Os recursos financeiros da entidade consistem em :

- a) Venda de Títulos;
- b) Taxa de Manutenção;
- c) Filiação dos Atletas
- d) Eventos Desportivos
- e) Atendimentos a associados

GANTONIO DOS SANTOS
Extrajudicial Sucessor do 1º Ofício
Antonio Carlos da Costa Bandeira
TABELIAO
IMPERATRIZ - MA

CAPÍTULO – V DOS PODERES SOCIAIS

Art. 16. São órgãos do Clube:

- I - Assembléia Geral;
- II - Conselho Deliberativo;
- III - Diretoria;
- IV - Conselho Fiscal;
- V - Conselho Técnico

CAPÍTULO – VI DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 17. A Assembléia Geral será constituída de Sócios Fundadores e Proprietários, maiores de 18 anos, e na falta deste, seus representantes legais.

Art. 18. Reunir-se-á a Assembléia Geral:

Parágrafo I . Ordinariamente;

- a) de cinco em cinco anos para eleger os membros da diretoria, Conselheiro fiscal e do Conselho Deliberativo, que deverá ocorrer durante a 1ª quinzena do mês de julho;
- b) anualmente durante a segunda quinzena do mês de março para apreciar e julgar as contas da diretoria e seu balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.

Parágrafo II . Extraordinariamente, em qualquer tempo para:

- a) para referendar as resoluções do Conselho Deliberativo que dependem de aprovação da Assembléia Geral;
- b) quando convocada pelo Presidente da entidade, Conselho Fiscal ou 1/2 dos sócios Proprietários, especificamente, para apreciar situação de grave repercussão, patrimônio do Clube;
- c) Decidir sobre a exclusão de associado;
- d) Decidir sobre destituição dos membros eleitos para a administração da entidade;
- e) Alterar os estatutos;
- f) Decidir sobre a dissolução da entidade.

Art. 19. A Assembléia Geral será convocada para as reuniões ordinárias e extraordinárias por meio de fixação de edital de convocação na sede da entidade divulgada com 8 (oito) dias úteis de antecedência

Parágrafo único – A Assembléia Geral, quando devidamente convocada, somente poderá deliberar, em primeira convocação, com o mínimo de 2/3 dos sócios com direito a voto, em primeira convocação e em segunda convocação com o mínimo de 1/3 dos sócios com direito a voto.

CAPÍTULO – VII

DO CONSELHO DELIBERATIVO –

Art. 20. A convocação dos associados para a sua eleição deverá ser feita nos termos do artigo 19.

Art. 21. O Conselho Deliberativo será constituído de 5 (cinco) membros efetivos e 2 (dois) membros suplentes;

Parágrafo único. As vagas de membros efetivos do Conselho Deliberativo serão preenchidas pelos membros suplentes por livre escolha de seu presidente.

Art. 22. Compete ao Conselho Deliberativo:

CARTEIRO DO 5º OFÍCIO
Extrajudicial Sucessor do 1º Ofício
Antonio Carlos da Mata Bandeira
TABELIAO
IMPERATRIZ - MA

Parágrafo I. Eleger o presidente e o vice-presidente do Conselho Deliberativo;

Parágrafo II. Conferir título de sócios Contribuintes ;

Parágrafo III. Autorizar a ausência dos membros do Conselho Fiscal, do presidente e do vice-presidente do Clube por mais de noventa dias;

Parágrafo IV. Expedir regulamentos e o regimento interno do Clube;

Parágrafo V. Resolver os casos omissos no estatuto, "ad-referendum" da Assembléia Geral;

Parágrafo VI. Conhecer e julgar, atos do Presidente do Clube, Diretores e membros do Conselho Fiscal e apresentar representação junto a Assembléia Geral;

Art. 23. O Conselho Deliberativo, reunir-se-á quando convocado pelo presidente do Conselho Deliberativo, pela Diretoria do clube, pelo Conselho Fiscal ou 1/2 dos associados com direito a voto, por meio de Edital de Convocação afixado na sede da entidade com, no mínimo, 8 dias de antecedência.

Parágrafo I.

Ordinariamente.

a) Quinquenalmente para a eleição do presidente e vice-presidente do Conselho Deliberativo do Clube, ocorrendo durante a primeira quinzena do mês de julho

b) Anualmente, na primeira quinzena do mês de março para discutir e julgar o relatório e as contas da Diretoria referente ao ano precedente e apresentação junto a Assembléia Geral.

Parágrafo II.

Extraordinariamente

Sempre que convocada para os casos necessários nos termos do Estatuto e do Regimento Interno e Regulamentos em vigor.

CAPÍTULO – VIII DA DIRETORIA –

Cam. O. J. do Ofício
Extrajudicial do 1º Ofício
Antonio Carlos da Costa Bandeira
TABELÃO
IMPERATRIZ - MA

Art. 24. O Clube será administrado por uma diretoria assim constituída: Presidente; Vice-Presidente; Diretor Tesoureiro; Diretor Técnico; Diretor de Patrimônio.

Art. 25. A Diretoria somente poderá deliberar com a presença de sua maioria.

Art. 26. A substituição do Presidente nos impedimentos, competirá ao vice-presidente; nos demais casos, por diretores indicado pelo Presidente, acumulando o indicado as funções até o retorno do titular.

Art. 27. Compete a Diretoria:

Parágrafo I. Administrar o Clube sob a orientação do presidente, obedecendo as prescrições do presente Estatuto, Regimento Interno e Regulamento em vigor;

Parágrafo II. Deliberar sobre a forma de pagamento a ser feita pelos sócios na compra de títulos, dividas por eles contraídas, contribuições e taxa de manutenção dos sócios, fundadores, proprietários e contribuintes

Parágrafo III. Impor Penalidades;

Parágrafo IV. Resolver os casos omissos no Estatuto que não dependem do Conselho Deliberativo ou da Assembléia Geral.

CAPÍTULO - IX
DOS DIRETORES E SUAS ATRIBUIÇÕES -

Art. 28. Compete ao Presidente

Parágrafo I. Convocar reuniões da Assembléia Geral, do Conselho Deliberativo, do Conselho Técnico e da Diretoria;

Parágrafo II. Gerir os negócios do clube, representando-o em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes;

Parágrafo III. Nomear ou dispensar os demais membros da diretoria salvo aqueles cuja nomeação seja de competência do Conselho Deliberativo;

Parágrafo IV. Assinar em conjunto com o diretor tesoureiro todos os documentos que envolvem responsabilidades financeiras;

Parágrafo V. Assinar com o diretor responsável as matérias atinentes as suas respectivas atividades.

Art. 29. Compete ao vice-presidente:

Parágrafo I. Substituir o presidente nos termos previstos no Estatuto;

CARTÓRIO DO OFÍCIO
Extrajudicial Sucessor do 1º Ofício
Antonio Carlos de Alencar Bandeira
TABELIAO
IMPERATRIZ - MA

Parágrafo III. Examinar os livros, balancetes, documentos e dar ao Conselho Deliberativo parecer anual sobre o movimento econômico, financeiro e administrativo do Clube;

Parágrafo IV. Exercer todas as atividades previstas nas Leis.

Parágrafo V. Em caso de vacância o mesmo será preenchido pelo 1º suplente na ordem constante da ata de eleição.

CAPÍTULO - XI DOS SÍMBOLOS

Art. 36. Constitui o emblema do Clube, a palavra CKART sendo que a Letra C lembra um pneu de competição saindo do seu interior a palavra kart.

CAPÍTULO - XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. O Patrimônio líquido do Clube em caso de dissolução, será dividido entre os sócios fundadores e proprietários quites com suas obrigações estatutárias ou doado a entidade filantrópica definida em Assembléia Geral.

Art. 38. A dissolução do Clube só poderá ser resolvida em reunião extraordinária na Assembléia Geral convocada especialmente para este fim.

Art. 39. O CLUBE DE KART DA REGIÃO TOCANTINA, reger-se-á pelo presente estatuto seu regimento interno e regulamentos compreendendo-se que seu Conselho Deliberativo será integrado por sócios definidos no artigo terceiro, observado o artigo 6 - parágrafo I.

CAPÍTULO XIII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 40 - O presente estatuto foi alterado para cumprimento integral da Lei 10406 de 10 de janeiro de 2002.

Parágrafo I O estatuto anterior, já se encontra registrado no Cartório 6º Ofício, desta cidade sob nº 630, fls 78 a 80, em 01 06 1989.

JOSE DE RIBAMAR AMARAL FILHO

GIOVANNI RAMOS GUERRA

LUZIANO RAMOS GUERRA

RODRIGO DOMINGUES

LUANDA KARLA DANTAS GUERRA

LEWYSON SOUSA CUNHA

MARCOS MORGENTHAU JR

Cartório do 6º Ofício
Extrajudicial Sucessor do 1º Ofício
Antonio Carlos da Mata Bandeira
TABELIAO
IMPERATRIZ - MA

Certifico, que a Alteração do Estatuto do Clube de Kart da Região Tocantina, foi averbada a margem de Registro nº 630, as folhas 77 a 79, Livro A-4, Registro de Pessoas Jurídicas.

O referido é verdade e dou fé.
Imperatriz/Ma; 21 de novembro de 2007.



O Oficial
Extrajudicial, Cessador do 1º Ofício
Antonio Carlos da Mata Bandeira
TABELIAO
IMPERATRIZ - MA



1ª ALTERAÇÃO

ESTATUTO SOCIAL DO CLUBE DE KART DA REGIÃO TOCANTINA



CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO E FINS.

Art. 1º. Pelo presente instrumento o **CLUBE DE KART DA REGIÃO TOCANTINA** com sede na cidade de Imperatriz – Maranhão, a Rua Rui Barbosa, nº 1453, Bairro Juçara, CEP 65900-570, CNPJ 12.146.608/0001-54, com personalidade jurídica, distinta de seus associados, os quais não respondem subsidiariamente por obrigações por ela contraída que, resolvem, em comum acordo, assim, alterar e adequar o mesmo em conformidade com as informações seguintes:

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS, DEVERES E PENALIZAÇÃO DOS SÓCIOS

Art. 14. Ao associado que infringir as leis do país, estatuto ou regulamentos do Clube, será aplicado, conforme cada caso, as seguintes penalidades: advertência e suspensão (aplicados pela diretoria) e eliminação, a ser deliberada pela Assembleia.

CAPÍTULO VI

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 18. Reunir-se-á a Assembleia Geral:

§1º Ordinariamente:

a) de quatro em quatro anos para eleger os membros da Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo (a reunião deverá ocorrer durante a primeira quinzena do mês de julho);

§2º Extraordinariamente, em qualquer tempo, para:

a) referendar as resoluções do Conselho Deliberativo, que dependem de aprovação da Assembleia Geral;

b) apreciar situação de grave repercussão, relativa ao patrimônio do Clube, quando convocada pelo Presidente da Entidade, Conselho

[Handwritten signatures and initials in blue ink are present at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.]

Fiscal ou 1/5 (um quinto) dos sócios Fundadores, Proprietários ou Beneméritos;



CAPÍTULO VII

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 22. Compete ao Conselho Deliberativo:

§6º Conhecer e julgar atos do Presidente do Clube, diretores e membros do Conselho Fiscal, e apresentar representação junto a Assembleia Geral.

Art. 23. O Conselho Deliberativo reunir-se-á quando convocado pelo Presidente do Conselho Deliberativo, pela Diretoria do Clube, pelo Conselho Fiscal ou 1/3 (um terço) dos associados com direito a voto, por meio de Edital de Convocação afixado na sede da entidade com, no mínimo, 8 dias de antecedência:

§1º Ordinariamente:

a) De quatro em quatro anos para eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho Deliberativo do Clube, durante a primeira quinzena do mês de julho;

§2º Extraordinariamente:

a) Sempre que convocado para os casos necessários, nos termos do Estatuto e do Regimento Interno e Regulamentos em vigor.

§3º Fica permitida uma única recondução aos cargos do Conselho Deliberativo, nos termos da Portaria nº 224 do Ministério do Esporte.

CAPÍTULO VIII

DA DIRETORIA

Art. 27. Compete a Diretoria:

§5º Fica permitida uma única recondução aos cargos da Diretoria, nos termos da Portaria nº 224 do Ministério do Esporte.

CAPÍTULO IX

DOS DIRETORES E SUAS ATRIBUIÇÕES



Art. 28. Compete ao Presidente:

§6º Nos termos do Estatuto Social vigente, o mandato do Presidente terá duração de 4 (quatro) anos, permitida uma única recondução (reeleição).

Art. 29. Compete ao Vice-Presidente:

§3º Nos termos do Estatuto Social vigente, o mandato do Vice-Presidente terá duração de 4 (quatro) anos, permitida uma única recondução (reeleição).

Art. 30. Compete ao Diretor Tesoureiro:

§3º Nos termos do Estatuto Social vigente, o mandato do Diretor Tesoureiro terá duração de 4 (quatro) anos, permitida uma única recondução (reeleição).

Art. 31. Compete ao Diretor Técnico:

§3º Nos termos do Estatuto Social vigente, o mandato do Diretor Técnico terá duração de 4 (quatro) anos, permitida uma única recondução (reeleição).

Art. 32. Compete ao Diretor de Patrimônio:

§3º Nos termos do Estatuto Social vigente, o mandato do Diretor de Patrimônio terá duração de 4 (quatro) anos, permitida uma única recondução (reeleição).

Art. 33. Determina-se neste Estatuto Social a criação do Conselho Técnico do Clube de Kart da Região Tocantina, órgão assessor e colaborador da diretoria, que será constituído dos seguintes membros, da livre escolha do presidente do Clube, a quem cabe nomeá-los e demiti-los, cargos estes não remunerados;

§1º As funções e competência dos membros do Conselho Técnico serão definidas, caso a caso, através do Regimento Interno, priorizando-se a criação e aprovação de regulamentos das competições de automobilismo que vierem a ser organizadas ou promovidas pelo Clube.;

§2º Os cargos do Conselho Técnico deverão ser preenchidos pela categoria de atletas (pilotos), respeitando-se o determinado pela Portaria 224 do Ministério do Esporte.

me
[Signature]

[Signature]

[Signature]

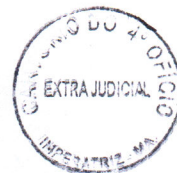
[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]



CAPÍTULO X

DO CONSELHO FISCAL

Art. 35. O Conselho Fiscal, eleito de quatro em quatro anos pelo Conselho Deliberativo, terá funcionamento autônomo e independente das demais instâncias de poder da entidade, será constituído de três membros efetivos e suplentes e terá as seguintes competências:

§6º Os membros do Conselho Fiscal só poderão ser destituídos do cargo nas condições estabelecidas no Estatuto Social, desde que tal determinação seja feita por órgão distinto daquele sob a sua fiscalização;

§7º O Conselho Fiscal terá seu funcionamento regulado por Regimento Interno específico.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. Este Estatuto Social determina a previsão de instrumentos de controle social e transparência na movimentação de recursos e fiscalização interna da atividade do Clube de Kart da Região Tocantina, tais como:

§1º As ações relacionadas ao recebimento e distribuição de recursos públicos, com a indicação dos respectivos instrumentos de formalização dos acordos, seu respectivo valor, prazo e vigência, nome da pessoa, física ou jurídica, contratada, entre outros;

§2º A elaboração de relatórios de gestão e de execução orçamentária, atualizados periodicamente;

§3º A publicação anal de seus balanços financeiros;

§4º A criação de ouvidoria, ou órgão similar, encarregado de receber, processar e responder as solicitações relacionadas à gestão;

§5º Será atualização a rede mundial de computadores para os fins previstos neste artigo.

Art. 41. Fica determinada pelo Estatuto Social vigente a garantia de acesso irrestrito a todos os associados e filiados aos documentos e informações relativas as prestações de contas, bem como àqueles

Handwritten signatures in blue ink on the left margin.

Handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page.

relacionados a gestão Clube, os quais serão publicados na íntegra no sítio eletrônico do Clube.



Art. 42. É vedada por este Estatuto Social a eleição do cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até o 2º (segundo) grau ou por afinidade do presidente ou dirigente máximo da entidade.

Art. 43. Fica determinada por este Estatuto Social a aplicação integral dos recursos do Clube na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

CAPÍTULO XIII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 44. O presente Estatuto foi alterado para cumprimento integral da portaria 224 do Ministério do Esporte, de 18 de setembro de 2014, acerca do cumprimento das exigências previstas nos artigos 18 e 18-A da Lei nº 9.615/98.

Todas as demais informações e condições estabelecidas nos atos constitutivos, não alcançados pelo presente instrumento, permanecem em vigor.

LUCIANO RAMOS GUERRA

PRESIDENTE



CARTÓRIO	Protocolo n.º 13461-02-5-001
4º Ofício Extrajudicial de Imperatriz - MA	Transcrito no competente Liv. "A" - Registro de
Vitor de Lima Vaz Sardinha	Pessoas Jurídicas sob n.º 190 Fls. 142/146v
Tabelião	Indicador pessoal "E" sob n.º d-A-80 Fls.
Ronio Gonçalves de Carvalho	Imperatriz / MA 22/08/2016
Tabelião e Oficial Substituto	Item
Imperatriz - Maranhão	

Paulo Ricardo Alves dos Santos
Escrivente Autorizado
4º Ofício Extrajudicial
Imperatriz - MA

3º Ofício Extrajudicial	Recebo por Semelhança a (s) de
	Luciano Ramos Guerra
	Recebido (s) (a) pela (s) seta(s).
	Imperatriz-MA, 22/08/16

Jesuita Silva de Sousa
Escrivente Juramentada
3º Ofício Extrajudicial

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

[Handwritten signature]



friends der Silberstein

Margarida de Araújo Silva



Pydang (Kypu) mi

10/1/19

Senadora Karla Danton Guerra

[Signature]

3º OFÍCIO
IMPERATRIZ - MA

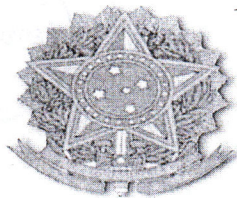
mill



conheço por Semelhança a (s) de
Beowdson de Sau-
za Cunha

licado (s) (a) pela(s) seta(s)
peratriz-MA 22/08/2010

Resposta
Escritura de Souso
Escritura Juramentada
3º Ofício Extrajudicial



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO MARANHÃO - COMARCA DE IMPERATRIZ
4º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL

Rua Godofredo Viana, Nº 520, CENTRO
CEP: 65.900-100 – (99) 3525-6354/ (99) 3524-6977

VÍTOR DE LIMA VAZ SARDINHA – TABELIÃO

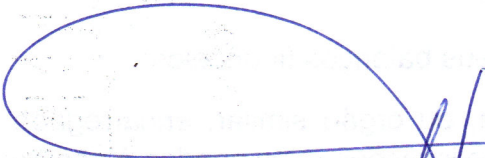
CERTIDÃO

1ª ALTERAÇÃO
PROTOCOLO: 13461
REGISTRO: 1910
LIVRO: 42-AJ
FOLHA: 142 A 146V
DATA: 22/08/2016

CERTIFICO, que a primeira alteração do **Estatuto Social do Clube de Kart da Região Tocantina**, encontra-se devidamente averbado as margens do registro sob o nº166, folha: 167 do livro 56-B, de registro de Títulos e Documentos.

O referido é verdade e dou fé.

Imperatriz (MA) 22 de agosto de 2016


Hologário Cesar de Menezes
Escritor Autorizado
4º Ofício Extrajudicial
Imperatriz-MA

